

mário ramos ribeiro

O retorno do Nestor

Chegou de Brasília, ontem, o meu vizinho Nestor, especialista em "Pop-Economia". O cara é "cool", meu, está dando umas consultorias lá onde as coisas são decididas. "Morro no coração do poder, mano!", falou com a voz baixa, quase um sopro. Conversa vai, conversa vem, o Nestor

detonou: "... Os economistas aprendem desde criancinhas a serem uns chatos de galocha. São naturalmente treinados para desconfiar de tudo que parece o óbvio ululante. Quando alguma coisa é saudada como boa, sempre tem um economista presente para duvidar; se a notícia é ruim costumam desaparecer sem maiores explicações. Não é sem razão que alguns economistas céticos quanto à eficiência desta postura dita "científica" tenham alcunhado a nossa ilustre ciência de "dismal science" (alguma coisa parecida com "ciência lúgubre"). Vocês têm de ser pop, mano, pop-economistas, tem de gastar, gastar e gastar", arrematou o Nestor com ar de quem sabe das coisas. Deu as costas e se afastou.

Como não sei o que é um pop-economista, concluí que sou careta. Careta e "lúgubre", ora bolas! Portanto, foi com este espírito que me aproximei do recente "noticiário oficial" sobre a crise econômica, dada como já vencida aqui no Brasil, nocauteada e beijando a lona. Como o tom oficial tem sido de um otimismo meloso, novelesco, com arrotos públicos trocados entre o Tesouro e o Banco Central quando o assunto é o nível das taxas de juros, eu não poderia deixar passar em branco o assunto sem correr o risco de perder a condição de economista, ou melhor, de cidadão lúgubre.

Fiquemos somente nas contas públicas - a grande âncora nestes 16 anos de Plano Real (1994), inflação baixa, e um volume (invejável, diga-se!) de reservas cambiais de US\$ 240 bilhões, obtidas graças a Lei de Responsabilidade Fiscal de 4 de maio de 2000, e que nos permitiu enfrentar a crise como gente grande. Mas nem tudo são caretes: graças à consultoria em Pop-Economia do Nestor em Brasília, o crescimento em termos reais dos gastos correntes do Tesouro, de 2008 até 2009, tem sido sistemático sob o argumento ser anticíclico (onde, em tese, o dispêndio público crescerá para compensar a queda da produção privada).

Quando o governo consome muito, não só abocanha a fatia do setor privado, principalmente dos mais pobres.

Apenas para começar com a parte mais visível: as despesas com a folha de salário já cresceram 4,6% sobre 2008, em termos reais; as outras despesas correntes já se aproximam de 15%, também calculadas sobre o final do ano passado. O investimento público - a única parte que poderia trazer

alguma saúde mais duradoura para a economia, principalmente se fosse feita em cima de infra-estrutura - continua patinando em torno de 1% do Produto Interno Bruto.

Aqui temos dois problemas capazes de tornar mais feliz o dia de qualquer lúgubre de carteirinha: o efeito quantidade e o efeito qualidade. O efeito quantidade explica a diminuição para lá do razoável do investimento privado por conta da apreciação do real provocada pelo atual gasto excessivo: a taxa caiu de 18% (2008) para 15% (junho de 2009). Houve o "fenômeno da expulsão" (crowding out), pelo qual o gasto excessivo do setor público ocupa o espaço do privado. O resultado é maior demanda escassez de poupança e aumento das taxas de juros reais. Não ocorre nenhuma compensação, apenas a conta da farra é transferida para as gerações futuras.

O efeito qualidade é mais tacanho e perigoso: trata-se da natureza do gasto fiscal, e está historicamente associado à expansão e consolidação da praga do populismo na América Latina. Quando o governo consome muito, não só ele abocanha a fatia do setor privado - principalmente das famílias mais pobres - como também consome recursos que, se usados como investimento, trariam um maior dinamismo para a economia, com o aumento da formação bruta de capital fixo - indicador utilizado para medir a taxa de poupança que financiou o investimento e o crescimento da economia. Ou seja, gastamos muito e consumimos lixo. É muito trabalho para pouca comida. Coisas da Pop-Economia, imagino, o Nestor que me perdoe...

■ **Mário Ramos Ribeiro é doutor em Economia pela USP, docente da UFPA, consultor em Economia Ambiental e Finanças Empresariais.**

E-mail: mramosribeiro@uol.com.br